



**CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS POVOS INDÍGENAS SOBRE
RIO+20 e a Mãe TERRA**
13 - 22 Junho 2012

Conteúdo:

1 – Declaração da Kari-Oca 2	2
A institucionalização do colonialismo	2
A solução	4
Nosso Compromisso com o Futuro que Queremos	5

O documento Declaração da Kari-Oca 2 sintetiza e expressa os principais eixos discutidos na Conferência Mundial dos Povos Indígenas sobre Rio+20 e a Mãe Terra durante o período de 13 a 22 de junho de 2012. Ele aponta as convergências em torno das causas estruturais e das falsas soluções, das soluções dos povos indígenas frente às crises, assim como as principais agendas de luta para o próximo período. A síntese aprovada por aclamação na Aldeia de Kari-Oca, no Sagrado Kari-Oca Púku, Rio de Janeiro, Brasil, 18 de junho de 2012, complementa o documento político da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável.

DECLARAÇÃO DA KARI-OCA 2

“CONFERÊNCIA MUNDIAL DOS POVOS INDÍGENAS SOBRE RIO+20 e a Mãe TERRA” 13 - 22 Junho 2012

Nós, os Povos Indígenas da Mãe Terra reunidos na sede da Kari-Oca I, sagrado Kari-Oka Púku, no Rio de Janeiro para participar da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, agradecemos aos Povos Indígenas do Brasil por nos darem o bem vindo aos seus territórios. Reafirmamos nossa responsabilidade para falar sobre a proteção e o bem-estar da Mãe Terra, da natureza e das futuras gerações de nossos Povos Indígenas e toda a humanidade e a vida.

Reconhecemos o significado desta segunda convocatória dos Povos Indígenas do mundo e reafirmamos a reunião histórica de 1992 da Kari-Oca I, onde os Povos Indígenas emitiram a Declaração da Kari-Oca e a Carta da Terra dos Povos Indígenas.

A conferência da Kari-Oca e a mobilização dos Povos Indígenas durante a Reunião da Terra marcou um grande avanço do movimento internacional para os direitos dos Povos Indígenas e o papel importante que desempenhamos na conservação e no desenvolvimento sustentável.

Reafirmamos também a Declaração de Manaus sobre a convocatória da Kari-Oca 2 como o encontro internacional dos Povos Indígenas na Rio+20.

A institucionalização do colonialismo

1. Consideramos que os objetivos da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSO) Rio+20, a "Economia Verde" e seu argumento de que o mundo somente pode "salvar" a natureza com a mercantilização de suas capacidades de dar vida e garantir a vida como uma continuação do colonialismo que os Povos Indígenas e nossa Mãe Terra tem resistido durante 520 anos.
2. A "Economia Verde" se promete erradicar a pobreza, mas na realidade somente vai favorecer e responder as empresas multinacionais e o capitalismo. Trata-se da continuação de uma economia global baseada nos combustíveis fósseis, na destruição do meio ambiente mediante a exploração da natureza através das indústrias extrativistas, tais como a mineração, a extração e produção petrolífera, a agricultura intensiva de monoculturas e outras inversões capitalistas. Todos esses esforços estão encaminhados as ganâncias e a acumulação de capital por uns poucos.

Desde Rio 92, nós como Povos Indígenas vemos que o colonialismo está sendo transformado na base da globalização do comércio e da hegemonia econômica capitalista mundial. Se vem intensificado a exploração e o roubo dos ecossistemas e biodiversidade do mundo, assim como a violação aos direitos inerentes dos povos indígenas. Nosso direito a livre determinação, a nossa própria governança e ao nosso desenvolvimento livremente determinado, nossos direitos inerentes as nossas terras, territórios e recursos estão cada vez mais atacados por uma colaboração de governos e empresas transnacionais.

Ativistas e líderes indígenas que defendem seus territórios seguem sofrendo repressão, militarização, incluindo assassinatos, prisões, humilhações e classificação como “terroristas”. A violação de nossos direitos coletivos enfrenta a mesma impunidade.

O deslocamento forçado ou assimilação ameaça nossas futuras gerações, culturas, idiomas, espiritualidade e relação com a Mãe Terra econômica e politicamente.

3. Nós, povos indígenas de todas as regiões do mundo, temos defendido a Nossa Mãe Terra das agressões do desenvolvimento não sustentável e a super exploração de nossos recursos por mineração, madeiras, grandes represas hidroelétricas, exploração e extração petrolífera.

Nossos bosques sofrem pela produção de agrocombustíveis, biomassa, plantações e outras imposições como as falsas soluções à mudança climática e ao desenvolvimento não sustentável e danoso.

A Economia Verde é nada menos que o capitalismo da natureza; um esforço perverso das grandes empresas, as indústrias extrativistas e dos governos para converter em dinheiro toda a Criação mediante a privatização, mercantilização e venda do Sagrado e todas as formas de vida, assim como o céu, incluindo o ar que respiramos, a água que bebemos e todos os genes, plantas, sementes nativas, árvores, animais, peixes, diversidade biológica e cultural, ecossistemas e conhecimentos tradicionais que fazem possível e desfrutável a vida sobre a terra.

4. Violações graves dos direitos dos povos indígenas da soberania alimentar continuam sem parar, dando lugar a insegurança alimentar. Nossa própria produção de alimentos, as plantas que nos rodeiam, os animais que caçamos, nossos campos e as plantações, a água que bebemos e a água dos nossos campos, os peixes que pescamos de nossos rios e riachos, estão diminuindo a um ritmo alarmante. Projetos de desenvolvimento não sustentável, tais como monoculturas, plantações de soja quimicamente intensiva, as indústrias extrativistas como a mineração e outros projetos destrutivos do meio ambiente e as inversões com fins lucrativos, estão destruindo nossa biodiversidade, envenenando nossa água, nossos rios, riachos, a terra e sua capacidade de manter a vida.

Isto se agrava ainda mais devido ao cambio climático e as represas hidroelétricas e outras formas de produção de energia que afetam a todo o ecossistema e sua capacidade em promover a vida.

A soberania alimentaria é uma expressão fundamental de nossos direitos coletivo a livre determinação e desenvolvimento sustentável. A soberania alimentar e o direito a alimentação devem ser reconhecidos e respeitados: alimentação não deve ser mercadoria que se utiliza, comercializa ou especula com fins de lucro. Nutrem nossas identidades, nossas culturas e idiomas, e nossa capacidade para sobreviver como povos indígenas.

5. A Mãe Terra é a fonte da vida que se requer proteger, não como um recurso para ser explorado e mercantilizado como “capital natural”. Temos nosso lugar e nossas responsabilidades dentro da ordem sagrada da Criação.

Sentimos a alegria sustentadora quando as coisas ocorrem em harmonia com a Terra e com toda a vida que cria e sustenta. Sentimos a dor da falta de harmonia quando somos testemunho da desonra da ordem natural da Criação e da colonização econômica e continua, assim como a degradação da Mãe Terra e toda a vida nela.

Até que os direitos dos povos indígenas sejam observados, velados e respeitados, o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza não ocorrerão.

A solução

6. A relação inseparável entre os seres humanos e a Terra, inerente para os povos indígenas deve ser respeitada pelo bem das gerações futuras e toda a humanidade. Instamos a toda a humanidade a se unir conosco para transformar as estruturas sociais, as instituições e relações de poder que são à base de nossa pobreza, opressão e exploração.

A globalização imperialista explora tudo o que garante a vida e a terra. Necessitamos reorientar totalmente a produção e o consumo na base das necessidades humanas no lugar da acumulação desenfreada de ganância para com poucos.

A sociedade deve tomar controle coletivo dos recursos produtivos para satisfazer as necessidades de desenvolvimento social sustentável e evitar a sobreprodução, o sobreconsumo e a sobreexploração das pessoas e da natureza que são inevitáveis no atual sistema capitalista monopólico.

Devemos focar nas comunidades sustentáveis com base nos conhecimentos indígenas e no desenvolvimento capitalista.

7. Exigimos que as Nações Unidas, os governos e as empresas abandonem as falsas soluções, a mudança climática, tais como as grandes represas hidroelétricas, os organismos geneticamente modificados, incluindo as árvores transgênicas, as plantações, os agro-combustíveis, o “carbono limpo”, a energia nuclear, o gás natural, a transposição das águas dos rios, a nanotecnologia, a biologia sintética, a bioenergia, a biomassa, o biochar, a geoengenharia, os mercados de carbono, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo e REDD+ que colocam em perigo o futuro e a vida tal como a conhecemos.

No lugar de ajudar a reduzir o aquecimento global, eles envenenam e destroem o meio ambiente e deixam que a crise climática aumente exponencialmente, o que pode deixar o planeta praticamente inabitável. Não podemos permitir que as falsas soluções destruam o equilíbrio da Terra, assassinem as estações, desencadeiem o caos do mal tempo, privatizem a vida e ameacem a supervivência da humanidade. A Economia Verde é um crime de lese humanidade e contra a Terra.

8. Para lograr o desenvolvimento sustentável os Estados devem reconhecer os sistemas tradicionais de manejo de recursos dos povos indígenas que existe a milênios, nos sustentando assim durante o colonialismo. É fundamental garantir a participação ativa dos povos indígenas nos processos de tomada de decisões que os afetam e seu direito ao consentimento livre, prévio e informado.

Os Estados também devem proporcionar apoio aos povos indígenas que seja adequado a sua sustentabilidade e prioridades livremente determinadas, sem restrições e diretrizes limitantes.

9. Seguiremos lutando contra a construção de represas hidrelétricas e todas as formas de produção de energia que afetam nossas águas, nossos peixes, nossa biodiversidade e os ecossistemas que contribuem com a nossa soberania alimentar. Trabalharemos para preservar nossos territórios contra o veneno das plantações de

monoculturas, das indústrias extrativas e outros projetos destrutivos do meio ambiente, e continuaremos nossas formas de vida, preservando nossas culturas e identidades.

Trabalharemos para preservar nossas plantas e as sementes tradicionais, e para manter o equilíbrio entre nossas necessidades e as necessidades de nossa Mãe Terra e sua capacidade de garantir a vida.

Demonstraremos ao mundo que se pode e se deve fazer.

Em todos estes assuntos documentaremos e organizaremos a solidariedade de todos os povos indígenas de todas as partes do mundo, e todas as demais fontes de solidariedade dos não indígenas de boa vontade a se unir a nossa luta pela soberania alimentar e a segurança alimentar.

Rejeitamos a privatização e o controle corporativo dos recursos, tais como nossas sementes tradicionais e dos alimentos. Por último, exigimos aos estados que defenda nossos direitos ao controle dos sistemas de gestões tradicionais e ofereça um apoio concreto, tais como as tecnologias adequadas para que possamos defender nossa soberania alimentar.

Rejeitamos as promessas falsas do desenvolvimento sustentável e soluções as mudanças climáticas que somente serve a ordem econômica dominante. Rejeitamos a REDD, REDD+ e outras soluções baseadas no mercado que têm como enfoque nossos bosques, para continuar violando nossos direitos inerentes a livre determinação e ao direito as nossas terras, territórios, águas e recursos, e direito da Terra a criar e manter a vida.

Não existe tal coisa como “mineração sustentável”. Não existe tal coisa como “petróleo ético”.

10. Rejeitamos a aplicação de direitos de propriedade intelectual sobre os recursos genéticos e o conhecimento tradicional dos povos indígenas que resulta na privatização e mercantilização do Sagrado essencial para nossas vidas e culturas. Rejeitamos as formas industriais da produção alimentícia que promove o uso de agrotóxicos, sementes e organismos transgênicos.

Portanto, afirmamos nosso direito a ter, controlar, proteger e herdar as sementes nativas, plantas medicinais e os conhecimentos tradicionais provenientes de nossas terras e territórios para o benefício de nossas futuras gerações.

Nosso Compromisso com o Futuro que Queremos

11. Pela ausência da implementação verdadeira do desenvolvimento sustentável, o mundo está em múltiplas crises ecológicas, econômicas e climáticas. Incluindo a perda de biodiversidade, desertificação, o derretimento das geleiras, escassez de alimentos, água e energia, uma recessão econômica mundial que se acentua, a instabilidade social e a crise de valores.

Nesse sentido, reconhecemos que temos muito a fazer para que os acordos internacionais respondam adequadamente aos direitos e necessidades dos povos indígenas.

As contribuições atuais potenciais de nossos povos devem ser reconhecidas como um desenvolvimento sustentável verdadeiro para nossas comunidades que permita que cada um de nós alcance o Bem Viver.

12. Como povos, reafirmamos nosso direito a livre determinação, a controlar e manejar nossas terras e territórios tradicionais, águas e outros recursos. Nossas terras e territórios são a parte estrutural de nossa existência - somos a Terra a Terra, é nós temos uma relação espiritual e material com nossas terras e territórios que estão intrinsecamente ligados a nossa supervivência e a preservação e desenvolvimento de nossos sistemas de conhecimentos e culturas, a conservação, uso sustentável da biodiversidade e o manejo de ecossistemas.
Exerceremos o direito a determinar e estabelecer nossas prioridades e estratégias de auto desenvolvimento para o uso de nossas terras, territórios e outros recursos.
Exigimos que o consentimento livre, prévio e informado seja o princípio de aprovação ou desaprovação definitivo e vinculante de qualquer plano, projeto ou atividade que afete nossas terras, territórios e outros recursos.
Sem o direito ao consentimento livre, prévio e informado o modelo colonialista, o domínio da Terra e seus recursos seguirão com a mesma impunidade.
13. Seguiremos nos unindo como povos indígenas e construindo uma solidariedade e aliança forte entre nós mesmos, comunidades locais e verdadeiros promotores não-indígenas de nossos temas.
Esta solidariedade avançará a campanha mundial para os direitos dos povos indígenas a sua terra, vida e recursos e o lugar de nossa livre determinação e liberação.
Seguiremos desafiando e resistindo aos modelos colonialistas e capitalistas que promovem a dominação da natureza, o crescimento econômico desenfreado, à extração de recursos sem limite para ganâncias, o consumo e a produção insustentável e aos acordos não regulamentados e mercados financeiros.
Os seres humanos são uma parte integral do mundo natural e todos os direitos humanos, incluindo os direitos dos povos indígenas, devem ser respeitados e observados pelo desenvolvimento.
14. Convidamos a toda a sociedade civil a proteger e promover nossos direitos e cosmovisões e respeitar a lei da natureza, nossas espiritualidades e culturas e, nossos valores de reciprocidade, harmonia com a natureza, a solidariedade e a coletividade. Valores como cuidar, o compartilhar, entre outros, são cruciais para criar um mundo mais justo, equitativo e sustentável. Neste contexto, fazemos um chamado para inclusão da cultura como o quarto pilar do desenvolvimento sustentável.
15. O reconhecimento jurídico e a proteção dos direitos dos povos indígenas da terra, dos territórios, dos recursos e os conhecimentos tradicionais deveriam ser um requisito para o desenvolvimento e planificação de todos e cada um dos tipos de adaptação e mitigação da mudança climática, conservação ambiental (incluindo a criação de “áreas protegidas”), o uso sustentável da biodiversidade e medidas a combater a desertificação.
Em todos os casos, tem que haver consentimento livre, prévio e informado.
16. Continuamos dando seguimento aos compromissos assumidos na Reunião da Terra tal como se reflete nesta declaração política. Fazemos um chamado a ONU a começar sua implementação, e a assegurar a participação plena, formal e efetiva dos povos indígenas em todos os processos e atividades da Conferência Rio+20 e mais além, de acordo como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos

Indígenas (DNU DPI) e o princípio do consentimento livre, prévio e informado (CLPI).

Seguimos habitando e mantendo os últimos ecossistemas sustentáveis com as mais altas concentrações de biodiversidade no mundo.

Podemos contribuir de uma maneira significativa ao desenvolvimento sustentável, porém acreditamos que se deve promover o marco holístico de ecossistemas para o desenvolvimento, isso inclui a integração do enfoque de direitos humanos, o enfoque de ecossistemas e enfoques culturalmente sensíveis e baseados em conhecimentos.

17. Expressamos nossa solidariedade e apoio para as demandas e aspirações dos povos indígenas no Brasil encontradas no anexo a esta declaração.

“Caminhamos para o futuro nos rastros de nossos antepassados”.

Aprovado por aclamação, Aldeia de Kari-Oca, no Sagrado Kari-Oca Púku, Rio de Janeiro, Brasil, 18 de junho de 2012.